



(aprendendo)

Direitos Humanos com Boletins do Fórum Intersindical

[Boletim Informativo nº 22, Junho 2017, A Fala da Saúde do Trabalhador]

Luiz Roberto Tenório

Médico notório e notável, Tenório, como é chamado pelos amigos, pautou sua atuação na defesa intransigente dos direitos humanos e da saúde dos trabalhadores. Tenório até hoje, aposentado, participa dos debates sobre o tema saúde e ambiente, especialmente como assessor na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Militante desde a faculdade, Tenório foi preso pela ditadura militar, cassado, e em 1972 preso e torturado no DOI-CODI da Barão de Mesquita. O motivo? Atender pessoas doentes e feridas pela ditadura em seu consultório médico. Tenório nos certifica de que a defesa da saúde do trabalhador é condizente com a militância política, a luta pelos direitos humanos e pela democracia.

A Tenório, a palavra...

Eu me formei em 1968 pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ainda estudante, questionava a formação dos profissionais de saúde tendo como foco a doença e não a saúde e o projeto institucional assistencialista dissociado das causas que levavam ao adoecimento das pessoas.

Nos 1960/70, o Ministério do Trabalho, devido ao elevado número de acidentes de trabalho e seus custos para a previdência social, apontava para a obrigatoriedade de Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho nas empresas com maiores riscos ocupacionais.

A Medicina do Trabalho ganhou importância na época e complementei minha formação com essa especialização na UERJ coordenada pelo Professor Hésio Cordeiro. Graças à visão holística e crítica de Hésio Cordeiro sobre a saúde no país, a conotação do curso espelhava a realidade complexa da relação trabalho-adoecimento, os conhecimentos técnicos sobre os fatores danosos nos ambientes de trabalho e os meios para combatê-los. De imediato fiquei em dúvida sobre que caminho seguir (Cirurgia ou Atenção à Saúde do Trabalhador). Exerci a medicina como cirurgião até 1975, quando Jaime Landman, diretor do Hospital Universitário Pedro Ernesto, convidou-me a dirigir o Serviço de Assistência Médica dos Servidores, pois era eu um dos poucos especialistas em Medicina do Trabalho.

Conciliando a prática cirúrgica e a chefia, iniciei um projeto no SAMS-HUPE para além da visão exclusivamente assistencialista. Ao conviver com trabalhadores da metalurgia e da construção civil caí na real e decidi o caminho a seguir. As péssimas condições de trabalho e de vida dos “peões de obra” na construção do Aeroporto do

Galeão foram fundamentais para definir a minha atuação profissional. O Brasil, na época, era considerado o campeão mundial de acidentes de trabalho e, na visão do governo militar, a culpa era dos trabalhadores: “despreparados”, “relapsos”, “incompetentes” e “descuidados”. Pouco se falava das péssimas condições de trabalho nos canteiros de obras e nas fábricas, das jornadas extenuantes e da mão de obra recrutada na lógica de diminuir gastos com pessoal. Na construção civil, as empreiteiras recrutavam trabalhadores rurais

nordestinos, numa migração interna irresponsável. A ditadura investia na formação de médicos do trabalho, engenheiros e supervisores de segurança com a lógica de diminuir o absenteísmo altíssimo por acidentes e doenças, fator de “alto custo” com danos aos lucros das empresas e indústrias. A responsabilidade institucional pela saúde do trabalhador na década de 1970 era exclusiva do Ministério do Trabalho.

O Inamps [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social], vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, prestava assistência médica. A situação começou a mudar com a luta pela redemocratização do país no final da década, a luta pelo fim da ditadura, a anistia aos punidos pelo regime militar, a volta dos exilados, a liberdade sindical, as “diretas já” para Presidente da República. Desde então, resolvi dedicar-me exclusivamente à saúde do trabalhador assessorando os sindicatos de várias categorias na melhoria das condições de trabalho e no combate aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais. Criamos, junto à CUT [Central Única dos Trabalhadores] e à CGT [Central Geral dos Trabalhadores] - as duas centrais sindicais da época - o DIESAT [Departamento Intersindical de Estudos de Saúde e dos Ambientes de Trabalho]. A greve dos metalúrgicos no ABC paulista, a expulsão dos pelegos dos principais sindicatos, a luta dos trabalhadores sem-terra por reforma agrária e, no Rio de Janeiro, a greve dos médicos de 1981 foram fatores animadores e estimulantes na aglutinação de inúmeros profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e profissionais do setor de segurança no trabalho (engenheiros, técnicos, supervisores, etc). Com o fim da ditadura, na década de 1980, ajudei na fundação do Partido dos Trabalhadores, dediquei-me ao fortalecimento dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho. Participamos da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) aprovando 5 pontos que considero fundamentais ao Sistema Único de Saúde (SUS): universalidade, equidade, controle social, integralidade de ações e municipalização. Na conferência ficou claro, como definiu Sergio Arouca, que tínhamos um Sistema Único de Doenças, com 3 pernas que o sustentavam: a indústria farmacêutica, os fabricantes de equipamentos hospitalares e os donos dos leitos hospitalares.

Em 1988, o SUS foi instituído na Constituição Brasileira.



A grande vitória para os trabalhadores, em relação à saúde ocupacional, foi tirar do Ministério do Trabalho a responsabilidade de definir os rumos da saúde do trabalhador transferindo-a para o SUS. No final de 1980 e início de 1990, participei da criação do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador (CONSEST-RJ), que marcou o campo da saúde do trabalhador como instância representativa de planejamento e ação do poder público (Secretaria Estadual de Saúde-RJ) com o movimento sindical e instituições acadêmicas. Transformamos, em 1992, o antigo SAMS e Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho (DESSAUDE) da UERJ incorporando equipe multiprofissional e forte visão preventcionista. Na Secretaria de Saúde de Niterói criamos o Departamento Municipal de Saúde do Trabalhador, em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos e a CUT. A aproximação do movimento sindical à área acadêmica, através da FIOCRUZ, contribuiu, no Rio de Janeiro, na conscientização da classe trabalhadora sobre os riscos ocupacionais e inserção deste ponto relevante nos dissídios de segurança no trabalho.

O CESTEH [Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/Fiocruz] é o mais importante aliado dos trabalhadores na defesa de sua saúde, com papel fundamental na luta contra o mercúrio, na campanha pelo banimento do amianto, na inclusão da LER [Lesão por Esforços Repetitivos] como doença ocupacional. Hoje, aposentado, vejo com imensa preocupação o retrocesso que as reformas trabalhista e da previdência causarão nas conquistas de todos esses anos de luta dos trabalhadores em defesa de sua saúde. Relevante também para mim foi e é poder assessorar o Poder Legislativo na confecção de leis de defesa da saúde do trabalhador, assessorando o Deputado Carlos Minc por mais de 20 anos, em que se transformou ação em lei no RJ: proibição do jateamento de areia nos estaleiros; retirada do chumbo tetraetila da gasolina; não utilização de tintas tóxicas; proibição do uso de células de mercúrio na produção de clorossoda; obrigatoriedade do mapeamento de riscos ambientais; criação da política ambiental ocupacional (Lei 3.623/01); saúde mental humanizada (Lei 3.944/02); LER (Lei 2.586/96); Banimento do Amianto (Lei 4.341/04); Saúde auditiva (Lei 4.324/04).

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.